

O MODELO MULTIDIMENSIONAL DE ANÁLISE ARGUMENTATIVA: UMA INTRODUÇÃO

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO*

- RESUMO: Nosso objetivo, neste artigo, é discutir um modelo multidimensional de análise que considere a ancoragem discursiva, cognitiva e multimodal da atividade argumentativa. Em primeiro lugar, apresentamos sucintamente as principais premissas teóricas de tal abordagem, partindo de uma perspectiva multidisciplinar. Em segundo lugar, por meio de um diálogo com diferentes tradições dos estudos argumentativos, introduzimos as cinco dimensões que consideramos relevantes para uma análise holística das práticas argumentativas – a configuração funcional, a macroestrutura, a esquematização, a ancoragem socioafetiva e a orientação argumentativa. Por fim, ilustramos o funcionamento do modelo por meio de uma análise multidimensional de um movimento argumentativo extraído de uma entrevista televisiva com um político brasileiro em contexto de campanha eleitoral.
- PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Discurso. Cognição. Linguagem. Multidimensionalidade. Multidisciplinaridade.

Introdução

O estudo do raciocínio e das práticas argumentativas constitui um campo heterogêneo. Isso é verdade não apenas em termos dos diferentes pressupostos teóricos e das metodologias que caracterizam esse campo, mas também em relação aos diálogos que as teorias da argumentação estabelecem com diferentes disciplinas, como filosofia, matemática, ciências da computação, direito, psicologia, ciências cognitivas, linguística e análise do discurso. Portanto, não é difícil inferir que as variadas abordagens serão guiadas por objetivos diferentes: a avaliação da validade ou da consistência da argumentação; a descrição do seu funcionamento e do seu potencial persuasivo; a compreensão e a organização dos processos de raciocínio instanciados nas práticas; o desenvolvimento de habilidades estudantis no que se refere a seu desempenho em discussões e debates; e até a criação de softwares orientados à interpretação, produção e avaliação de argumentos.

* Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo - SP - Brasil. paulosegundo@usp.br. ORCID: 0000-0002-5592-8098.

Uma problemática que costuma emergir no que tange a objetos de pesquisa que atravessam campos tão heterogêneos consiste na relativa independência e na rara convergência entre os desenvolvimentos alcançados por cada uma das abordagens. Não é diferente no campo da argumentação, embora haja alguns esforços – com alto grau de sucesso – na busca desse diálogo, como a Lógica Informal (JOHNSON; BLAIR, 2017; WALTON, 2013) e a Pragmadialética (EEMEREN; GROOTENDORST, 2004; EEMEREN; HOUTLOSSER; SNOECK-HENKEMANS, 2007). Ambas as abordagens, no entanto, tendem a não se aprofundar nos aspectos linguísticos, discursivos e cognitivos da argumentação.

Assim, nosso objetivo, neste artigo, é discutir a operacionalização do modelo analítico que estamos desenvolvendo para descrever, avaliar e explicar textos argumentativos. Ele é inspirado por várias fontes dos quatro campos de estudo já mencionados *en passant*: a Teoria da Argumentação, as Ciências Cognitivas (especialmente, o paradigma social corporificado em sua versão simples), a Linguística (principalmente, a Linguística Cognitiva e a Linguística Sistemico-Funcional) e os Estudos Críticos do Discurso. Por conseguinte, o modelo leva em consideração os processos cognitivos subjacentes à argumentação, isto é, os processos de raciocínio empregados em práticas situadas de argumentação; sua realização multimodal em termos de linguagem verbal e imagética; e as coerções discursivas que estruturam a argumentação como uma prática sociosemiótica.

Inicialmente, discutimos nossa visão sobre argumentação e as razões pelas quais afirmamos que uma abordagem multidisciplinar, que considera a relação intrínseca entre argumentação, cognição, linguagem e discurso, é relevante e proveitosa para que se possa refinar o entendimento da natureza e do funcionamento de tal atividade; depois, discutimos as cinco dimensões que desenvolvemos até o momento para analisar consistentemente as práticas argumentativas¹, considerando a multidisciplinaridade envolvida; posteriormente, aplicamos o modelo em discussão na análise de um breve tópico desenvolvido em uma entrevista televisiva brasileira com o então candidato à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, em 2012; por fim, faremos um balanço do modelo, discutindo a estrada percorrida até o momento e os possíveis caminhos a seguir.

Por uma abordagem multidisciplinar das práticas argumentativas

Assumimos, em consonância com Leitão (2012, p. 26, *itálicos da autora*), que a argumentação consiste em

¹ Várias dimensões consideradas neste artigo já foram – é claro – teorizadas por diversas correntes da Teoria da Argumentação. Nem todas as correntes, contudo, lidam com cada uma das dimensões aqui propostas nem possuem um interesse particular em aspectos cognitivos e linguísticos (ou ainda multimodais). Aproveitamos para alertar o leitor que é impossível considerar toda a tradição dos Estudos Argumentativos neste texto; focaremos, principalmente, as perspectivas que exercem maior impacto em nossa proposta e/ou possuem grande influência no Brasil.

[...] uma atividade *discursiva* (essencialmente verbal), *social* (de natureza cultural, contextualmente dependente), *cognitiva* (implica raciocínios necessários à fundamentação e avaliação crítica de afirmações), *dialógica* (simultaneamente responde a, e antecipa respostas da parte de outros), *dialética* (caracteriza-se como exame crítico de argumentos divergentes) e *epistêmica* (possibilita construção de conhecimento).

Além disso, consideramos, com base em Niño e Marrero (2015)², que a argumentação apresenta variadas funções intimamente relacionadas aos processos de (re)construção de crenças. Assim, em nossa perspectiva, a argumentação pode estar orientada ao/à:

- i. **convencimento** (formação ou revisão de crenças), entendido como o efeito perlocucionário de aderir, local ou globalmente, total ou parcialmente, a determinadas concepções de realidade em consequência de assumi-las como razoáveis ou consistentes, com base na força variável do elo entre Dados e Alegação, por meio da Garantia, considerando possíveis Refutações e a confiabilidade dos Apoios (TOULMIN, 2006 [1958]; TOULMIN; RIEKE; JANIK, 1984 [1978]);
- ii. **persuasão** (defensibilidade de crenças e tomada de decisão), entendida como o efeito perlocucionário ligado à ação prática e, portanto, à tomada de decisões que podem resultar em uma mudança no curso da realidade – e não na concepção de realidade, como no primeiro caso. Assim, a adesão está ligada à força do elo entre Valores, Objetivos, Consequências e Circunstâncias em apoio à Proposta de Ação (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e ao processo de tomada de decisão a ela associado;
- iii. **preservação ideológica/ratificação discursiva** (manutenção de crenças)³, entendida como o efeito perlocucionário de confirmar uma certa concepção da realidade – por exemplo, uma determinada postura moral contra o aborto –, apresentando Dados e Alegações que já são compartilhados e acordados pelos membros do endogrupo (*nós*), bem como contrarrefutando argumentações que já são concebidas como inválidas e inconsistentes pelo mesmo grupo. Esse processo está, portanto, vinculado ao reforço dos sistemas de crença dos oradores, com efeitos positivos em termos da construção de identificação intragrupo e da consolidação de repertório de conhecimento, mas também com efeitos negativos em termos de vieses contra perspectivas outras (*eles*).

² Extraímos os termos dos dois autores citados; todavia, as concepções de formação, defensibilidade e manutenção são reformuladas e redefinidas em termos da abordagem aqui desenvolvida. Não discutiremos as particularidades das diferenças – que não são tão sensíveis, a propósito. Nós indicamos ao leitor interessado o capítulo de Niño e Marrero (2015) para uma versão “mais pura” dos conceitos.

³ Niño e Marrero (2015) discutem solidamente esse tipo de argumentação, com base em um exemplo extraído de Doury (2012).

Algumas consequências decorrem do fato de assumirmos tal complexidade funcional. Primeiro, ao reconhecermos três funções diferentes, entendemos que existem tipos distintos de práticas argumentativas e, portanto, pelo menos três configurações funcionais de tipos argumentativos. Estes tipos argumentativos são instanciados em textos sob a coerção tanto dos gêneros discursivos (como entrevista, debate, editorial), quanto das situações de interação (ou eventos discursivos, que englobam os participantes e o conhecimento por eles partilhado, as coordenadas espaço-temporais do evento e o cenário). Essa interação complexa dá origem a distintos padrões de raciocínio e de realização multimodal (especialmente, em termos das modalidades verbal e imagética).

A segunda consequência pode ser antevista a partir do que acabamos de defender: estes diferentes padrões de raciocínio – e até mesmo diferentes regularidades em termos de vieses e de falácias – são tanto o resultado quanto a fonte da instanciação de distintas combinações de operações cognitivas. Essas, por sua vez, se manifestam em um número complexo de operações de perspectivação conceptual⁴ na linguagem, como esquematização, metaforização, categorização, focalização, granularização, entre outras (HART, 2014; GONÇALVES-SEGUNDO 2017a, 2017b). Como resultado, distintos padrões de perspectivação conceptual podem emergir e ser prototipicamente associados às funções de convencer, persuadir e preservar ideologia/ratificar discurso, bem como aos diferentes gêneros e tipos de situação interativa em que tais processos são incorporados.

Em terceiro lugar, ao reconhecermos a manutenção de crenças como uma função da argumentação, assumimos ser inevitável considerar o discurso – e, por conseguinte, a ideologia – como fatores relevantes na estruturação do argumento. No entanto, não queremos, com isso, implicar que o discursivo e o ideológico sejam só pertinentes em termos da terceira função: tanto a formação ou a revisão de crenças quanto a defensibilidade de crenças/tomada de decisão são processos que se inscrevem em práticas sociais, que, por sua vez, são constituídas por ordens do discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Essas ordens do discurso são formadas por discursos (padrões sociossemióticos de representação), gêneros (padrões sociossemióticos de ação) e estilos (padrões sociossemióticos de identificação), que podem se correlacionar sistematicamente, de forma a cimentar o caminho para a hegemonia. Compreender como a hegemonia é discursivamente construída na argumentação é central em termos de uma postura discursiva crítica, mas também de uma crítica argumentativa e retórica. Ademais, como Fairclough e Fairclough (2012) argumentam, discursos (como representações socialmente distribuídas) são frequentemente partes constitutivas das premissas de qualquer argumentação.

É essencialmente devido a essas três consequências que é necessária uma abordagem multidisciplinar e, juntamente a ela, um modelo multidimensional capaz de lidar com a complexidade acima discutida. Passemos, então, a debater as razões pelas quais

⁴ Perspectivação conceptual é um conceito central em Linguística Cognitiva. Pode ser definida como a estruturação semântica da experiência instanciada em enunciados. A perspectivação conceptual guia conceptualizações e, por conseguinte, a reconstrução do sentido pelos interpretantes. Ver Croft e Cruse (2004) para um detalhamento.

considerar a multimodalidade, o discurso e a cognição é útil para a realização de análises argumentativas mais refinadas em termos descritivos e explanatórios:

- i. Considerar a cognição é relevante, na medida em que nossa competência argumentativa é ancorada em várias operações de nosso sistema cognitivo, dentre as quais podemos incluir:
 - a. nossas principais formas de raciocínio – os raciocínios causal, analógico e sintomático (EEMEREN; HOUTLOSSER; SNOECK-HENKEMANS, 2007). Eles envolvem – entre outros processos – Dinâmica de Forças, projeções entre domínios do conhecimento, relações tipo-instância, fenômenos amplamente estudados pelas Ciências Cognitivas (Psicologia e Linguística, principalmente) (TALMY, 2000; WOLFF; BARBEY, 2015; VEREZA, 2010, 2013; GONÇALVES-SEGUNDO, 2014, 2015, 2017a, 2017a, 2018a; ITKONEN, 2005; BARSALOU, 1999; LANGACKER, 2008, entre outros);
 - b. nossa capacidade de perspectivação, que engloba o estabelecimento de um posicionamento epistêmico em relação às representações e às avaliações construídas discursivamente. Isso pode ser feito não apenas por meio da flexibilização do estatuto de realidade de uma proposição e de nosso comprometimento com os enunciados que produzimos, mas também por meio da incorporação de diferentes vozes para (des)autorizar o que nós (ou os outros) propomos (propõem), o que implica, de certa maneira, o reconhecimento de uma teoria da mente (SPERB; JOU, 1999). Para explicar toda essa complexidade, assumimos uma versão simples (CLARK, 1996) de um modelo social e corporificado de cognição⁵, que abarca estruturas modais e amodais (BARSALOU, 1999), como esquemas imagéticos e *frames*.
- ii. Uma abordagem detalhada das estratégias linguísticas e imagéticas instanciadas em textos nos permite compreender a (micro)construção da argumentação, considerando não só a elaboração de Alegações e de Propostas de Ação, mas também a articulação dos esquemas argumentativos que ligam Dados a Alegações, por meio de Garantias, ou Objetivos, Valores, Circunstâncias e Consequências a Propostas de Ação. Por conseguinte, é relevante considerar esse aspecto, uma vez que a interpretação dos enunciados concretos é, por um

⁵ Quando aplicado à linguagem e às práticas semióticas, tal modelo exige que a linguagem seja explicada “em termos de seu caráter simbólico e de sua função interacional tendo em vista sua integração com os outros sistemas cognitivos – memória, atenção, categorização, dentre outros – e sensório-motores – visão, audição, propriocepção, etc. e de sua ancoragem em um dado ambiente sócio-histórico e cultural, que atuará como fonte das experiências e dos estímulos para o aprendizado (dinâmico) da língua, o que inclui as formas de discursivização em contextos reais de interação” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2017b, p. 72). Para uma explicação detalhada sobre diferentes modelos cognitivos, consultar Lindblom (2015).

lado, o ponto de tensão entre hegemonia e alternatividade e, por outro, a janela para os processos cognitivos empregados e para os tipos de coerção estrutural que organizam as práticas argumentativas, como as situações interativas, os discursos, os gêneros e os estilos. Diversos fenômenos linguísticos podem e devem ser considerados para uma abordagem dessa natureza, dentre os quais podemos destacar: as relações intersentenciais (NEVES, 2007; HALLIDAY, 2004; LANGACKER, 2008); a referenciação (KOCH, 2014); a evidencialidade e a modalidade (MARÍN-ARRESE, 2011, 2013; BEDNAREK, 2006; CARIOCA, 2011; MIRANDA, 2005; GONÇALVES-SEGUNDO, 2020); a quantificação e a intensificação (MARTIN; WHITE, 2005; GONÇALVES-SEGUNDO, 2011); a atitude e o engajamento (MARTIN; WHITE, 2005), entre outros. Para dar conta desse aspecto analítico, buscamos um diálogo entre a Linguística Cognitiva, dada sua orientação para a interpretação e para a discursividade, e a Linguística Sistêmico-Funcional, dada a ênfase na produção e na textualidade.

- iii. Finalmente, devemos dar conta das coerções discursivas – ancoradas nos modelos conceptuais partilhados por diferentes comunidades epistêmicas –, no que diz respeito aos processos e procedimentos argumentativos validados e legitimados nas diferentes condições sócio-históricas. Essas coerções abrangem a configuração de gêneros em campos institucionais e cotidianos distintos, bem como pressões identificacionais e representacionais na construção discursivo-textual. Para dar conta desses aspectos, valemo-nos principalmente – ainda que não somente – da bibliografia concernente aos Estudos Críticos do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003, 2010; VAN DIJK, 2003; HART, 2014; RESENDE; RAMALHO, 2006; MELO, 2012; GONÇALVES-SEGUNDO; ZELIC, 2016; CALDAS- COULTHARD; IEDEMA, 2008, entre outros).

Isso posto, na medida em que consideramos termos breve, mas consistentemente apresentado as razões pelas quais defendemos uma abordagem multidisciplinar para a análise de práticas argumentativas, passamos a discutir as cinco dimensões que propomos para a elaboração de um modelo holístico de análise argumentativa.

Dimensões da argumentação

Como Grácio (2010), Plantin (2008) e outros apontam, os estudos contemporâneos sobre argumentação ancoram-se nos desdobramentos de duas grandes obras, ambas publicadas em 1958: o *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, e *Os usos do argumentos*, de Toulmin. Do primeiro, emergiu todo um conjunto de teorias com o objetivo de descrever processos argumentativos, destacando – dentre outros aspectos que fogem ao escopo da discussão deste artigo – o papel estratégico dos esquemas (uma dimensão do *logos*) e a importância da ancoragem

sócio-afetiva, em termos tanto do *ethos* quanto do *pathos*, para convencer e para persuadir, mas deixando de lado a macroestrutura e a configuração funcional dos argumentos (também dimensões do *logos*). Esta última, por sua vez, consiste na pedra angular do modelo de Toulmin, que também destacou a relevância de fatores sócio-discursivos (ainda que por meio da polêmica e obscura noção de *campo*⁶) para o processo argumentativo. Sua proposta foi – e é, por alguns autores – considerada normativa, na medida em que propõe um diagrama ideal de configuração argumentativa, no qual proposições e regras de inferência preenchem papéis para apoiar uma Alegação. Em nosso ponto de vista, trata-se de perspectiva redutora, na medida em que o diagrama permite descrever relações dialéticas e dialógicas⁷ na argumentação.

A Pragmadialética e a Lógica Informal – as abordagens mais abrangentes sobre argumentação que podemos indicar – conseguiram abarcar, embora em diferentes graus, ambas as tradições e fornecer ferramentas coerentes para descrever e avaliar argumentos. De certa maneira, nosso modelo visa fazer o mesmo e, como tal, recorreremos muito a ambas as abordagens, embora não pretendamos, de forma alguma, construir uma teoria da argumentação, como essas perspectivas certamente visam. É, no entanto, a tentativa de correlacionar aspectos discursivos, linguísticos e cognitivos que, de alguma maneira, distingue nossa proposta da deles e pode, talvez, complementar parte de sua teorização e de sua metodologia, ainda que percamos parte da consistência verificada nessas abordagens, visto que não dialogamos diretamente com a Filosofia.

Isso posto, defendemos que um modelo holístico de análise argumentativa deva considerar, pelo menos, as cinco dimensões abaixo arroladas, analisadas de forma integrada e orientadas a possíveis correlações:

- i. Configuração funcional.
- ii. Macroestrutura.
- iii. Esquematisação.
- iv. Ancoragem sócio-afetiva.
- v. Orientação Argumentativa.

Nas próximas subseções, discutiremos brevemente cada uma dessas dimensões, definindo-as e apresentando algumas categorias relevantes, antes da aplicação analítica na seção “Aplicando a análise multidimensional: uma ilustração”.

⁶ Para detalhes sobre a imprecisão da noção de *campo*, seus problemas, mas também seu potencial, ver Freeman (2006). Gostaríamos também de fazer a seguinte observação: a noção de *campo*, proposta por Toulmin, não foi concebida no âmbito de uma teoria discursiva. Propomos essa leitura neste artigo, em conexão com nosso modelo multidisciplinar e multidimensional.

⁷ Também realizamos, em nosso modelo, uma leitura dialógica (VOLÓCHINOV, 2017) do *layout* de Toulmin. Não se trata, contudo, de uma empreitada original. Slob (2006) também o fez, expandindo o diagrama horizontal e verticalmente, a fim de dar conta das diferentes vozes que se cruzam e que constituem o texto argumentativo. Nossa proposta difere desse autor, na medida em que incorpora ao *layout* – de forma semelhante ao que propõem Plantin (2008) ou Grácio (2010) – problemas epistêmicos ou práticos, para os quais existem alternativas de respostas e fluxos de argumentos que apoiam cada uma delas. Não há espaço aqui para entrar em mais detalhes.

Configuração Funcional

A análise da configuração funcional da argumentação envolve compreender como uma Alegação (ou Alegações) é (são) sustentada(s) em diferentes campos de atividade social, em gêneros discursivos distintos, considerando as funções de convencimento, persuasão ou preservação ideológica/ratificação discursiva. O objetivo é chegar a um padrão abstrato de argumentação que mostre os componentes funcionais essenciais e facultativos que constituem uma instância de um movimento argumentativo potencialmente consistente, levando em conta os fatores discursivos supracitados.

O *layout* de argumentos de Toulmin (2006 [1958]) e de Toulmin, Rieke e Janik (1984 [1978]) fornece bons pontos de partida para essa dimensão. Aprimoramentos propostos ao modelo, discutidos por vários teóricos, também são bem-vindos, na medida em que aumentar a precisão das ferramentas utilizadas para a análise de textos argumentativos efetivamente produzidos consiste em compromisso fundamental de nosso modelo. Embora não tenhamos espaço para proceder a uma avaliação crítica de todas essas colaborações, é relevante discutir alguns dos desenvolvimentos que consideramos úteis – ou necessários – para aprimorar essa abordagem. Além disso, gostaríamos de fazer uma ressalva: concebemos que o *layout* de Toulmin é mais apropriado para se analisar, primariamente, a formação/revisão de crenças (convencimento) e, secundariamente, a manutenção de crenças (preservação ideológica). O processo de defensibilidade de crenças e de tomada de decisão (persuasão) envolve outros componentes funcionais essenciais e facultativos e, portanto, um modelo de configuração funcional alternativo. A proposta de Fairclough e Fairclough (2012) parece ser bastante abrangente e útil para a análise dessa última função argumentativa. No entanto, não a discutiremos mais neste texto, por não se configurar no objeto da análise empreendida neste artigo. Isso posto, acreditamos ser relevante, pelo menos, esboçar nossa posição sobre a proposta de Toulmin⁸.

Primeiro, assumimos que o modelo de Toulmin (2006 [1958]) pode ser replicado vertical e horizontalmente. Isso significa que não assumimos que ele possa lidar apenas com argumentações simples, o que abre espaço para considerarmos que Dados ou Razões, “fatos específicos que sustentam uma determinada alegação” (TOULMIN; RIEKE; JANIK, 1984 [1978], p. 37), também podem ser contestados e, portanto, ser provisoriamente tratados como Alegações que precisam ser sustentadas. Trata-se de uma *expansão horizontal*. Assim, o status factual dos Dados está realmente sujeito à perspectivação conceptual e, como consequência, à conceptualização.

A Garantia que une os Dados à Alegação qualificada (ou modalizada) é interpretada como uma regra que licencia inferências⁹ e, por conta disso, encontra-se frequentemente

⁸ Por razões de espaço, supomos que o leitor tenha uma familiaridade mínima com o *layout* dos argumentos de Toulmin. Além disso, concentrar-nos-emos em expor nossa visão, em vez de justificá-la. Para uma discussão recente sobre o modelo, consultar Eemeren *et al.* (2014). Para sua aplicação na análise textual, consultar Gonçalves-Segundo (2016).

⁹ Existem vários estudos sobre a natureza das Garantias. Não há espaço, neste artigo, para uma revisão da literatura pertinente. Remetemos o leitor a Freeman (2006, 2011) e Pinto (2006) para debates e propostas sobre o tema.

implícita. Também assumimos, com Langsdorf (2011), que a Base (ou Apoio) não pode ter seu escopo restrito à Garantia. De modo geral, consideramos a Base como a ancoragem evidencial de uma proposição, seja ela um Dado, uma Garantia (quando explícita) ou ainda uma Refutação. Trata-se de uma *expansão vertical*.

Por fim, compreendemos as Refutações de maneira dialógica, em consonância com Slob (2006). Quando antecipadas pelo orador, elas podem ser enfraquecidas por meio de padrões concessivos, fortalecendo o vínculo entre Dados e Alegação. Sua antecipação também pode ser considerada relevante em termos da seleção do modalizador aplicado à Alegação. O modal (ou Qualificador) funciona como um dispositivo que constrói uma escala de comprometimento do orador em termos do estatuto de realidade da Alegação com base nos Dados apresentados e nas possíveis Refutações, considerando a força da Garantia e as Bases enunciadas. Quando as Refutações são antecipadas, a força modal tende a enfraquecer da certeza para a probabilidade ou a possibilidade em textos orientados à formação/revisão de crenças, e da necessidade/obrigação/interdição à expectativa ou à permissão em textos orientados à defesa de crenças/tomada de decisão. As Refutações também podem atuar criando condições/restrições para a aplicação de uma Garantia (elo entre Dados e Alegação) ou ainda atacando outros componentes diretamente, como Dados, Garantia, Base e Alegação.

Macroestrutura

A análise macroestrutural envolve compreender como as proposições que compõem um movimento argumentativo são combinadas para sustentar uma Alegação. No modelo multidimensional, concebemos a estruturação em termos dialéticos/dialógicos; nesse sentido, propomos que os diferentes padrões combinatórios de Dados, Refutações e Alegações consistem em indícios da maneira pela qual o Protagonista¹⁰ responde a argumentos ou contra-argumentos do Antagonista, sejam eles efetivos ou projetados.

O trabalho de Freeman (2011) sobre a diagramação de padrões macroestruturais é bem conhecido e – obviamente – mais complexo e detalhado do que o modelo que apresentamos abaixo. A proposta desse autor deriva de diferentes fontes, da lógica ao modelo Toulmin, e sua discussão sobre a natureza da macroestruturação convergente, múltipla, divergente e serial certamente influencia a nossa visão. Nossa principal fonte, no entanto, reside na Pragmadialética (EEMEREN; HOUTLOSSER; SNOECK-HENKEMANS, 2007), uma vez que os principais tipos propostos nessa abordagem – não exaustiva, mas razoavelmente abrangente – já estão sintonizados a uma perspectiva dialética/dialógica.

¹⁰ Protagonista (ou Proponente) e Antagonista (ou Oponente) devem ser entendidos como papéis discursivos e argumentativos dinâmicos associados a diferentes posições em relação a um assunto. Por serem papéis, eles precisam ser desempenhados por atores sociais no curso de uma prática argumentativa. Para detalhes, consultar Amossy (2017). Nos grafos a seguir, as proposições do Protagonista são representadas em verde, enquanto as do Antagonista são coloridas de amarelo.

Nosso objetivo é construir uma ponte entre a tradição de estudos de argumentação que reconhecem a importância da diagramação de argumentos – como podemos ver em Freeman (2011) e até em Walton e Macagno (2016) – com a abordagem dialógica/dialética da Pragmadialética, utilizando-nos de grafos para descrever a argumentação como produto e processo, tanto em textos escritos quanto em textos orais.

Para ilustrar tal convergência, definiremos os quatro principais padrões de macroestruturação reconhecidos pela Pragmadialética (EEMEREN; HOUTLOSSER; SNOECK-HENKEMANS, 2007), apresentando, na sequência, o respectivo diagrama:

- i. A argumentação subordinativa ocorre quando o Protagonista antecipa ou responde a uma crítica (concreta) acerca de sua argumentação, com base no julgamento de que o Dado (2)¹¹ selecionado para apoiar a Alegação (3) é inaceitável (ou não pode ser assumido como acordado, estando, pois, em questão). O Protagonista deve, então, transformar o Dado em uma Alegação (2), apresentando outro Dado (1) para sustentação, com o objetivo de vencer a (possível) resistência do Antagonista.

Figura 1 – Argumentação Subordinativa



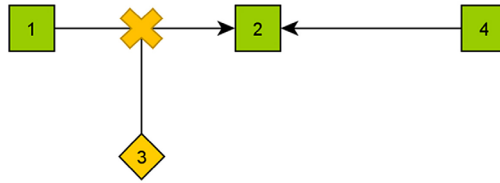
Fonte: Elaboração própria.

- ii. A argumentação múltipla ocorre quando o Protagonista reconhece a validade da crítica do Antagonista (3) sobre o Dado (1) ou sobre a Garantia que sustenta a Alegação (2), mas acredita na pertinência da Alegação. Ele se vale, então, de novo Dado (4) para apoiá-la. Em discussões implícitas, o Protagonista pode antecipar a fraqueza de alguns de seus argumentos, desenvolvendo uma rede de cadeias argumentativas, com graus distintos de foco, para persuadir/convencer o(s) outro(s)¹².

¹¹ Os números referem-se aos componentes funcionais diagramados nas Figuras. O quadrado ao qual a origem do vetor se conecta é considerado um Dado, enquanto o quadrado ao qual o destino do vetor se conecta é entendido como uma Alegação. Logo, um mesmo quadrado, como o (2), pode ser concomitantemente Dado (em termos da Alegação (3)) e Alegação (em termos do Dado (1)).

¹² O quadrilátero em forma de diamante representa a Refutação. A Refutação, conforme discutimos em 2.1, pode ser orientada para os Dados, para a Garantia, para a sua aplicação ao caso em questão, para a Base ou para a Alegação (ver VERHEIJ, 2006, para uma proposta ainda mais refinada). No exemplo, a linha conecta a Refutação à Garantia (o vetor que une 1 a 2). O X sinaliza o escopo da Refutação; no caso, a Garantia.

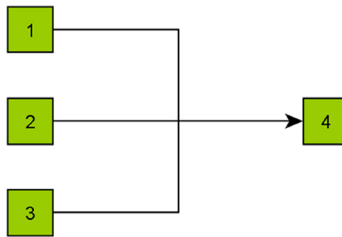
Figura 2 – Argumentação múltipla



Fonte: Elaboração própria.

- iii. A argumentação coordenativa cumulativa ocorre quando o Protagonista suplementa sua argumentação com outros Dados, ao antecipar (ou ser criticado pelo fato de) que um único Dado é insuficiente para ancorar a Alegação enunciada.

Figura 3 – Argumentação Coordenativa Cumulativa

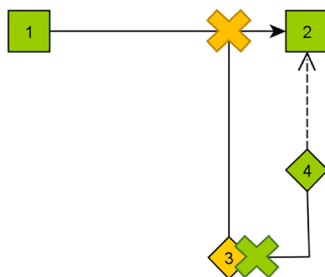


Fonte: Elaboração própria.

- iv. A argumentação coordenativa complementar acontece quando o Protagonista produz uma Contra-Refutação, antecipando ou respondendo a um contra-argumento do Antagonista, procedimento que gera efeitos positivos em relação ao processo de convencimento/persuasão original¹³.

¹³ O vetor tracejado que conecta a Refutação (4) à Alegação (2) indica que (4) não apoia diretamente o item (2), mas lhe dá força por minar a Refutação (3), que, por sua vez, poderia enfraquecer a adesão a (2). No exemplo, a Refutação (3) ataca a Garantia que articula (1) a (2), enquanto a Refutação (4) atua no sentido de minar a própria Refutação (3).

Figura 4 – Argumentação Coordenativa Complementar



Fonte: Elaboração própria.

Esquematisação

A esquematização é possivelmente um dos tópicos mais pesquisados no campo da argumentação. O *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), discute um amplo inventário de esquemas, cada um com várias subcategorias – os esquemas baseados em associações (argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real) e em dissociações¹⁴. A Lógica Informal também tem sua versão (reunida e discutida em WALTON; REED; MACAGNO, 2008), assim como a Pragmadiálética (EEMEREN; HOUTLOSSER; SNOECK-HENKEMANS, 2007), perspectiva que organiza os esquemas em três categorias principais: os raciocínios sintomáticos, causais e analógicos.

Recentemente, Macagno (2015) discutiu uma classificação baseada em relações meio-fim, que parece dialogar bem com a nossa abordagem, pois visa – de maneira bastante aberta – a entender e organizar esquemas, considerando uma “interação estrita entre os aspectos pragmático e racional do discurso”¹⁵ (MACAGNO, 2015, p. 199, tradução nossa). Na proposta, o autor já estabelece uma distinção entre argumentação orientada para a deseabilidade de um curso de ação (argumentação prática) e argumentação orientada para a aceitabilidade de um julgamento (argumentação epistêmica). Ambos os tipos de argumentação podem ter Alegações/Proposta de Ação apoiadas internamente (por exemplo, com informações relativas à Proposta de Ação propriamente dita e suas consequências positivas em termos dos objetivos pretendidos, ou com Dados que mostrem a consistência de uma certa visão da realidade, em analogia com outra situação) ou externamente (por exemplo, pelo apelo à autoridade da fonte da

¹⁴ Fiorin (2015) publicou recentemente um livro que discute, principalmente, esta dimensão.

¹⁵ Original: “strict interaction between the pragmatic and the reasoning dimension of discourse” (MACAGNO, 2015, p. 199).

ação proposta ou à credibilidade da fonte do ponto de vista defendido). Obviamente, mais análises de argumentações concretas são necessárias para explorar a viabilidade de tal categorização e, assim, expandir seu alcance e utilidade – o que inclui testar suas principais premissas –; contudo, parece tratar-se de um passo muito importante na mesma direção que consideramos relevante: uma categorização de esquemas que possa dar conta da argumentação em eventos discursivos reais, considerando suas distintas funções.

Além disso, defendemos que o estudo dos esquemas de argumentação pode ser enriquecido pela inclusão de fatores cognitivos e linguístico-cognitivos; em outros termos, consideramos relevante abarcar os sistemas e as operações cognitivas que permitem o raciocínio e as operações de perspectivação conceptual instanciadas nos textos para construir esse raciocínio. Podemos incluir nesse rol o papel da Força Dinâmica para entendermos o raciocínio causal (TALMY, 2000; WOLFF; BARBEY, 2015; GONÇALVES-SEGUNDO, 2015), o papel do mapeamento entre conceitos e das relações entre domínios do conhecimento para compreendermos o raciocínio analógico e suas intersecções com a metáfora (VEREZA, 2010, 2013; ITKONEN, 2005) e o papel das relações tipo-instância na estrutura de *frames* para apreendermos o raciocínio sintomático (ZIEM, 2014; LANGACKER, 2008; BARSALOU, 1999)¹⁶.

Ancoragem socioafetiva

O estudo da ancoragem socioafetiva da argumentação diz respeito ao papel da construção da autoridade, da credibilidade e da atração do orador, bem como ao papel dos valores, das crenças e das emoções do auditório, no que concerne aos processos de convencimento, persuasão e preservação ideológica. Em outras palavras, envolve questões de *ethos* e *pathos*. Recorremos principalmente aos trabalhos de Amossy (2005, 2017), Maingueneau (2005) e Meyer (2007) para discutir esta dimensão.

Segundo Maingueneau (2005), devemos considerar um *ethos* pré-discursivo, que envolve nosso conhecimento sobre o orador e os estereótipos sobre sua identidade social, e um *ethos* discursivo, elaborado durante a própria atividade enunciativa. A construção do *ethos* discursivo pode, então, ratificar ou retificar as concepções anteriores (do auditório) sobre o orador, processo que contribui para a manutenção ou a deterioração de sua credibilidade.

O *ethos* discursivo abrange não apenas as referências textuais diretas ao orador – exemplos desse tipo serão mostrados na análise –, mas também as possíveis inferências sobre o caráter do orador como resultado de seu comportamento semiótico e de suas disposições corporais. Esse processo inferencial está vinculado a valores sócio-históricos que constroem julgamentos sobre o modo como o orador fala, se veste e gesticula em função do que é esperado em uma determinada prática.

¹⁶ Desenvolvemos esse diálogo mais detidamente em Gonçalves-Segundo (2018a).

Em termos de *pathos*, assumimos, com Meyer (2007), que essa prova retórica abrange as perguntas do auditório sobre o assunto em discussão, as emoções que eles experienciam diante das perguntas e das possíveis respostas e, finalmente, os valores que justificam suas respostas a essas perguntas – em nossos termos, envolve o uso argumentativo das crenças, das emoções, dos valores, dos objetivos e das circunstâncias que cercam e caracterizam o auditório (muitas vezes, heterogêneo) no sentido de convencer, persuadir e preservar ideologia. Assim, é do *pathos* que o orador pode extrair hierarquias do que é preferível, aceitável e/ou relevante para o auditório.

Na abordagem multidisciplinar que desenvolvemos, o estudo do *ethos* e do *pathos* deve ser complementado por estudos psicológicos e cognitivos sobre vigilância epistêmica (SPERBER *et al.*, 2010) e emoções (LEWIS; HAVILAND-JONES; BARRETT, 2008), a fim de embasarmos, de forma mais sólida, a interpretação do funcionamento dos apelos a autoridades, a testemunhas, a experiências e a emoções na argumentação cotidiana e institucional.

Orientação argumentativa

É principalmente para o estudo da orientação argumentativa que os paradigmas cognitivista e funcionalista da linguagem podem contribuir mais diretamente. Essa dimensão, que geralmente é desfocada nas principais abordagens argumentativas, trata do papel das unidades lexicais e dos esquemas gramaticais na construção de Dados, Alegações, Refutações e Bases na argumentação epistêmica, bem como de Propostas de Ação, Circunstâncias, Objetivos e Valores na argumentação prática. Por conseguinte, ela engloba a maneira pela qual a linguagem ativa conceptualizações e como essas conceptualizações tanto afetam o raciocínio e os processos de inferência e de avaliação da consistência de argumentos, quanto favorecem enviesamentos. Vários fenômenos podem ser estudados em termos de sua associação com a argumentação e o discurso: relações intersentenciais, referenciação, evidencialidade, polaridade, modalidade, quantificação, intensificação, avaliação, atos de fala, entre outros.

A aplicação do modelo: a argumentação em uma entrevista política televisiva

Ilustramos o potencial do modelo discutido por meio da análise de um excerto de uma entrevista política televisiva, cujo entrevistado estava concorrendo ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo. A entrevista, de quinze minutos de duração, foi concedida ao telejornal SPTV, produzido e transmitido pela Rede Globo de Comunicações. O entrevistador foi o jornalista César Tralli, e o convidado, o ex-prefeito (candidato em 2012) Fernando Haddad. Apresentamos abaixo o segmento tópico que analisaremos:

César Tralli – O senhor foi ministro da Educação durante seis anos e meio e por três anos foi duramente criticado nas falhas do Enem. Foram fraudes e erros que acabaram prejudicando a vida de milhões de estudantes. Isso não compromete a sua imagem de administrador?

Fernando Haddad – Olha Tralli eu sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação superior no país, com o ProUni, com a expansão das federais, com o novo Fies. Sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação profissional no país. Eu sozinho construí 224 escolas técnicas, que é mais que a soma de todos os meus antecessores. Eu melhorei a qualidade do ensino fundamental no país depois de uma queda drástica nos anos 90. O Brasil hoje figura nos relatórios internacionais como caso de sucesso porque saiu da inércia. Não pelo patamar que atingiu mas porque está no rumo certo. Então, tanto a Unesco, a Onu quando a UCDE, que são os países ricos, reconhecem o esforço que o Brasil fez. Agora, se houve um crime contra o Enem, e foi um crime, não foi uma fraude. Um criminoso foi identificado, julgado e punido com cinco anos de cadeia. Eu gostaria que a oposição, ao invés de me criticar, se solidarizasse comigo. Porque houve um crime, e o culpado foi identificado e punido com cinco anos de cadeia. Imagina na cratera do Metrô, se fosse identificado um sabotador, nós iríamos nos solidarizar com o José Serra¹⁷, que era o governador à época. Mas não, o que aconteceu lá foi um erro, foi um homicídio culposo. Não foi o caso do que aconteceu no Enem, uma pessoa de fora da administração pública e dentro de uma gráfica que é a mais moderna do país cometeu um crime, foi identificado e punido¹⁸.

Primeiro passo: considerações sobre as coerções discursivas

Em sintonia com nossa agenda multidisciplinar, é extremamente importante considerar aspectos discursivos para descrever e explicar a argumentação. Por questões de espaço, não podemos nos aprofundar muito nesse aspecto, mas faremos algumas discussões que julgamos relevantes, tendo em vista sua repercussão na análise argumentativa propriamente dita.

Entre as coerções discursivas a serem consideradas, a noção de campo ou esfera (VOLÓCHINOV, 2017) e os conceitos de prática social e ordem do discurso de Chouliarakis; Fairclough (1999) e Fairclough (2003) são sempre fundamentais para a análise. As ordens do discurso são constituídas por três padrões principais: (i)

¹⁷ Consideramos relevante proceder a uma contextualização para refinar a compreensão do texto. José Serra era o governador de São Paulo no período em que se deu o episódio da cratera do metrô. Seu partido político (PSDB) é um dos mais relevantes do país e está usualmente associado a uma posição de centro-direita. O Partido de Haddad (PT) encontra-se, em geral, associado a uma posição de centro-esquerda e estava, à época, no poder em nível nacional (presidência). Ambos os partidos têm uma história recente de hegemonia no país, de forma que os outros partidos tendiam a gravitar em torno deles. No momento presente (2019-2020), contudo, vimos o fortalecimento de novos atores políticos no Congresso, especialmente das denominadas bancadas da Bala, da Bíblia e do Boi, ligadas a outros partidos e, não raro, a discursos e agendas conservadoras. O PSL, partido ao qual o atual presidente Jair Bolsonaro esteve filiado quando eleito, está certamente tentando cimentar o poder recentemente adquirido na última eleição.

¹⁸ Todas as entrevistas do telejornal SPTV com os principais candidatos a prefeito são transcritas ortograficamente por profissionais da emissora. Tanto o vídeo quanto a transcrição encontram-se disponíveis em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/09/fernando-haddad-do-pt-e-entrevistado-pelo-sptv.html>. Acesso em 16 mai. 2020. É essa versão que estamos utilizando na análise. Quaisquer desvios em relação à norma não são, portanto, de nossa responsabilidade.

discursos, concebidos como modos sociossemióticos de representar a realidade, isto é, como entidades, propriedades, eventos, circunstâncias, valores e razões são correlacionados e entrelaçados em determinados textos; (ii) gêneros, entendidos como modos sociossemióticos de (inter)ação constitutivos de nossa vida cotidiana e institucional, dado que se encontram intimamente ligados à existência de campos de atividade humana, como economia, política, educação e religião, e às práticas sociais a eles subordinadas (por exemplo, na educação, poderíamos citar ensino, avaliação, matrícula, dentre outras); e (iii) estilos, definidos como modos sociossemióticos de ser, como consequência das identidades sociais que assumimos nas diferentes práticas de que participamos e que exigem a adoção de diferentes padrões comportamentais (em termos de língua, gestos, expressões faciais, vestuário, dentre outros). Além disso, é de especial importância considerar a prática discursiva, concebida como um momento da prática social que abarca os processos de produção, distribuição, consumo e interpretação de textos¹⁹.

Restringir-nos-emos a discutir apenas dois aspectos do conjunto que apresentamos: o campo e o gênero. A entrevista selecionada consiste em um texto que se vincula a dois campos de atividade social: o político e o midiático. No âmbito político, devemos considerar que a entrevista ocorre durante a campanha eleitoral para a prefeitura da maior e da mais rica cidade do país. Além disso, em 2012, vários supostos esquemas de corrupção envolvendo o governo federal estavam sendo investigados e denunciados. Haddad foi candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de São Paulo e foi o seu partido que estava no poder em termos federais. Por fim, já havia sinais da crise econômica que levou à crise política cujo ponto culminante fora o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016. No campo midiático, devemos destacar que a Rede de Comunicação Globo é a maior empresa de comunicação do país, sendo proprietária da rede de televisão com maior penetração no Brasil. É, sem dúvida, um ator político relevante no país.

No que se refere ao gênero discursivo, as entrevistas do SPTV consistem, em geral, em textos argumentativos com um padrão muito específico: o entrevistador constrói um movimento argumentativo, apresentando Dados que apoiam uma Alegação, que é construída como uma pergunta com uma orientação argumentativa implícita. O entrevistado tem, então, a oportunidade de propor uma Alegação e apresentar Dados que atuem como Refutações em relação ao ponto de vista defendido pelo entrevistador. Podemos afirmar, portanto, que essas entrevistas são estruturadas por conflitos representacionais em que se encontram sobrepostos tanto os processos de formação/revisão de crenças (convencimento) – na medida em que o entrevistado parece buscar convencer o auditório sobre a relevância e os méritos de suas propostas, bem como sobre sua qualificação para o exercício do cargo de prefeito – quanto os processos de defensibilidade de crenças e de tomada de decisão (persuasão) – uma vez

¹⁹ Para uma discussão detalhada sobre a relação entre práticas sociais e discurso, ver Mateus e Resende (2015) e Gonçalves-Segundo (2018b).

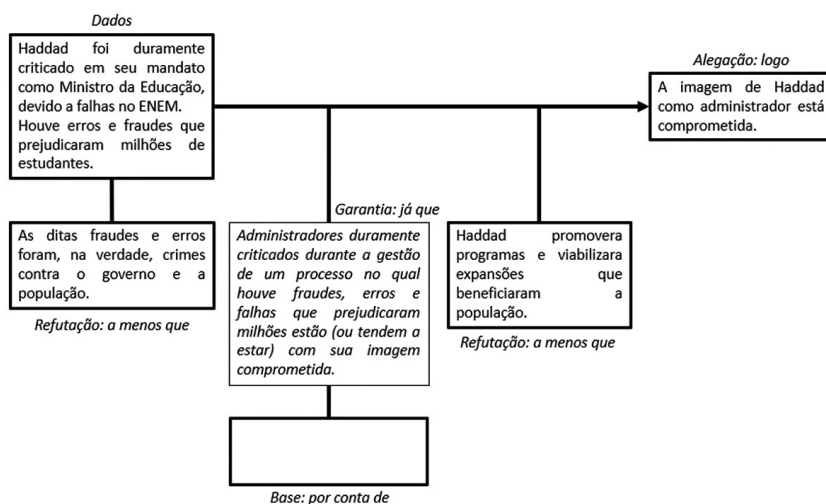
que o objetivo central do convidado consiste, essencialmente, na obtenção de votos do auditório. Como resultado dessas coerções complexas, podemos argumentar que há uma preocupação constante com o gerenciamento da imagem (*ethos*) do candidato perante o público. Para essa análise ilustrativa, concentramo-nos em um movimento argumentativo que tematiza direta e explicitamente essa questão.

Aplicando a análise multidimensional: uma ilustração

Iniciamos a análise pelas duas dimensões que consideramos básicas – a configuração funcional e a macroestrutura –, na medida em que possibilitam a reconstrução dos movimentos argumentativos, passo necessário para a investigação das outras três dimensões. Restringiremos essa análise em termos de relevância tópica no âmbito do problema epistêmico em discussão, que pode ser expresso pela questão argumentativa a seguir: *a imagem de Haddad como administrador está ou não comprometida?*

Com base no modelo de Toulmin, reconstruímos abaixo os movimentos argumentativos de Tralli e de Haddad²⁰:

Figura 5 – Análise da Configuração Funcional



Fonte: Elaboração própria.

²⁰ Na reconstrução dos movimentos argumentativos, é comum que o analista precise parafrasear o texto original, o que não constitui o melhor método para atingirmos precisão descritiva. No entanto, trata-se de um procedimento muitas vezes necessário para compreendermos a articulação entre as proposições que compõem um movimento. As outras dimensões da análise, como a orientação argumentativa, compensam essa (possível) fragilidade local. Linhas finas indicam componentes implícitos. Itálicos indicam raciocínios inferenciais. No segmento tópico em análise, nenhuma Base é instanciada para sustentar os Dados ou a Alegação. É por isso que deixamos o espaço em branco.

Conforme mencionamos na seção anterior, é importante observamos que o conflito representacional é viabilizado pela operação que transforma a Alegação em uma pergunta. Isso abre a possibilidade de Refutação, permitindo, assim, que o entrevistado construa sua perspectiva sobre a temática visando ao convencimento e à persuasão.

A Refutação de Haddad é a parte mais relevante da atividade argumentativa no segmento, tanto em termos de estrutura genérica quanto de relevância tópica. Por esse motivo, focaremos esse componente. A Refutação orienta-se a dois aspectos diferentes:

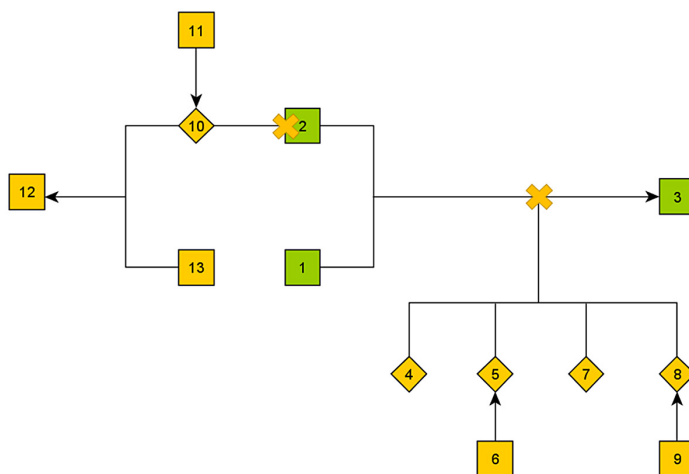
- i. o primeiro diz respeito à suficiência da aplicação da Garantia: ao mostrar todas as benesses realizadas durante sua gestão como Ministro, Haddad parece construir o argumento de Tralli como insuficiente para apoiar a Alegação implícita (derivada da pergunta de polaridade negativa) de que sua imagem como administrador está comprometida. Em outras palavras, as fraudes, os erros e as falhas no ENEM não apagarão todo o bem que seu governo fizera anteriormente e as/os pessoas/eleitores reconheceriam isso. Tralli estaria cometendo, então, consoante a perspectivação conceptual de Haddad, a falácia da conclusão apressada;
- ii. o segundo diz respeito aos próprios Dados: Tralli constrói os eventos que envolvem o Exame Nacional do Ensino Médio como fraudes, erros e falhas, mas não fornece evidências que validem essa avaliação. Ele a constrói como certa (assumindo-a como dada e fora de questão), como se não houvesse alternativas de perspectivação. Haddad procede, então, a uma reconceptualização do posicionamento de Tralli, afirmando que os eventos prejudiciais mencionados foram, na verdade, crimes contra o povo e a administração. Por conseguinte, ele constrói o movimento de Tralli como uma instância da falácia de premissa problemática.

É importante ressaltarmos, neste momento, que não estamos afirmando que as falácias foram, de fato, cometidas. O que estamos propondo é que a construção linguística da contra-argumentação do Antagonista (Haddad) pode gerar (no auditório) a conceptualização de que o movimento do Protagonista é falacioso: primeiro, por tirar conclusões precipitadas (decorrentes da aplicação inadequada de Garantias à questão em pauta ou da negligência à enunciação de ressalvas relevantes) e, segundo, por apresentar premissas problemáticas (em outros termos, Dados falsos ou não embasados). Essa maneira de entender as falácias está mais alinhada à abordagem multidisciplinar que defendemos, uma vez que se concentra na argumentação como processo.

Isso posto, podemos observar, através de uma lente mais refinada, como esse movimento está estruturado a partir do grafo abaixo. A discussão sobre a dimensão macroestrutural será acompanhada do debate acerca das outras três dimensões: esquematização, ancoragem socioafetiva e orientação argumentativa. Incluímos, neste momento, o trecho final do turno de Haddad, que não é topicamente saliente

em termos do problema epistêmico em discussão (a imagem de Haddad estar ou não comprometida), mas é retoricamente relevante em relação à campanha, uma vez que envolve a representação positiva de si e a representação negativa do outro (VAN DIJK, 2003) em um contexto eleitoral.

Figura 6 – Análise Macroestrutural²¹



Fonte: Elaboração própria.

-
- 1: O senhor foi ministro da Educação durante seis anos e meio e por três anos foi duramente criticado nas falhas do Enem.
 - 2: Foram fraudes e erros que acabaram prejudicando a vida de milhões de estudantes.
 - 3: A sua imagem como administrador está comprometida.
 - 4: Eu sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação superior no país, com o ProUni, com a expansão das federais, com o novo Fies.
 - 5: Sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação profissional no país.
 - 6: Eu sozinho construí 224 escolas técnicas, que é mais que a soma de todos os meus antecessores.
 - 7: Eu melhorei a qualidade do ensino fundamental no país depois de uma queda drástica nos anos 90.
 - 8: O Brasil hoje figura nos relatórios internacionais como caso de sucesso.
 - 9: Tanto a Unesco, a ONU quando a UCDE, que são os países ricos, reconhecem o esforço que o Brasil fez.
 - 10: Houve um crime contra o Enem, não foi uma fraude.
 - 11: Um criminoso foi identificado, julgado e punido com cinco anos de cadeia/Uma pessoa de fora da administração pública e dentro de uma gráfica que é a mais moderna do país cometeu um crime, foi identificado e punido²².
 - 12: Eu gostaria que a oposição, ao invés de me criticar, se solidarizasse comigo.
 - 13: Imagina, na cratera do Metrô, se fosse identificado um sabotador, nós iríamos nos solidarizar com o José Serra, que era o governador à época.
-

²¹ Na análise macroestrutural, tendemos a conservar, tanto quanto possível, a formulação linguística original. Em alguns casos, porém, precisamos fazer ajustes para evitar repetições e maximizar a clareza na diagramação. Quando relevante, os elementos originais podem ser recuperados na análise da orientação argumentativa.

²² O segmento textual que sucede a barra (/) corresponde a uma paráfrase que especifica o segmento precedente.

Como podemos observar (em verde), Tralli instancia uma macroestrutura coordenativa cumulativa para apoiar a pergunta de polaridade negativa sobre a imagem supostamente comprometida de Haddad como administrador. Isso já mostra que o entrevistador, de alguma forma, antecipa a insuficiência de cada uma das proposições sozinha para gerar uma argumentação consistente em suporte à Alegação.

Em termos de orientação argumentativa, as unidades lexicais selecionadas por Tralli ativam redes conceptuais que evocam a agência e a responsabilidade do administrador público em relação aos eventos e aos danos delas derivados. O termo *fraude* implica uma ação deliberada, por parte da administração pública, que ameaça a lisura do processo de condução e de realização do exame. *Erro* sugere que a administração é responsável, por incompetência ou descuido, pelos problemas que ocorreram na produção e na distribuição da prova. *Falha*, por sua vez, aponta para a aplicação, elaboração ou sistematização errônea de todo o processo, avaliação que pode até levar a conceptualizações de que o exame não atingiu os objetivos esperados.

Além disso, perguntas de polaridade negativa encontram-se comumente associadas a uma postura autoral que sugere que o conteúdo proposicional é esperado, apesar das circunstâncias vigentes que, em geral, parecem contradizer essa expectativa. Nesse caso, o que se espera é que a imagem de Haddad esteja comprometida; as circunstâncias presentes, por sua vez, corresponderiam a sua candidatura. O raciocínio (e seus possíveis efeitos) seria o seguinte: “para ser candidato, a imagem como administrador não deve estar comprometida. Tendo cometido tantos erros em seu mandato como Ministro, por que Haddad tentaria ser prefeito da maior cidade do país?” Nessa esteira, podemos conceber essa estrutura gramatical como uma estratégia de construção de conflito que demanda uma contra-argumentação do Antagonista. Temos, portanto, um bom exemplo de como a gramática pode ser estudada e considerada em termos do seu papel na orientação argumentativa dos textos.

Todos esses recursos linguísticos que instanciam uma macroestrutura coordenativa cumulativa em apoio a uma Alegação que ameaça diretamente a face positiva do entrevistado (BROWN; LEVINSON, 1987) certamente se chocam com o *ethos* projetado pelo candidato não apenas durante a entrevista, mas também durante a campanha, uma vez que fatores discursivos constroem tais práticas em termos da necessidade de resguardar a face e de garantir um *ethos* de competência.

Esses parecem constituir-se – conforme nossa análise permite hipotetizar – em objetivos centrais das Refutações instanciadas – em amarelo, como podemos observar pelos quadrados em forma de diamante ligados ao Dado (2) e à Garantia que liga (1 e 2) à Alegação (3) –, ambas construídas por padrões cumulativos coordenativos e subordinativos, ainda que de formas distintas.

O nó central da Refutação orientada à avaliação dos eventos como fraudes e erros – (2) – é (10) *Houve um crime contra o Enem, não foi uma fraude*. Nesse enunciado, Haddad reconceptualiza a apreciação do evento, construindo-o como um *crime*. Essa estratégia reduz a responsabilidade da administração, pois põe em segundo plano a agência do candidato, na medida em que se desloca a conceptualização em termos

de viabilização ou causação para o não bloqueio (ou não impedimento) dos eventos danosos. Ser acusado de causar um acontecimento prejudicial tende a ter maior impacto moral, levando a avaliações negativas do comportamento do agente, do que apenas não o bloquear (NAGEL; WALDMANN, 2012). Essa reconceptualização é ainda destacada pelo parentético de que a gráfica era a mais moderna do país. Ao contratar o serviço mais moderno possível, Haddad pode ativar conceptualizações de que suas ações foram razoáveis e corretas. Assim, o que acontecera realmente o colocaria sob o rótulo de vítima, ao lado dos milhões de estudantes afetados.

Essa proposição – (10) –, então, é sustentada por (11) por meio de uma estrutura subordinativa: *Um criminoso – uma pessoa de fora da administração pública e dentro de uma gráfica que é a mais moderna do país – foi identificado, julgado e punido com cinco anos de cadeia*. Esse padrão sinaliza que Haddad está possivelmente antecipando resistência contra sua correção (*fraude/erro para crime*), transformando-a localmente em uma Alegação.

Além disso, podemos observar que essa Refutação – (10) – também atua como Dado, juntamente com (13) *Imagina, na cratera do Metrô, se fosse identificado um sabotador, nós iríamos nos solidarizar com o José Serra, que era o governador à época* para legitimar a Proposta de Ação (12) *Eu gostaria que a oposição, ao invés de me criticar, se solidarizasse comigo*. Tal conjunto de proposições, ainda que não seja central para o problema epistêmico em discussão – a imagem de Haddad como administrador –, é retoricamente relevante dadas as coerções de gênero e o contexto de campanha eleitoral, uma vez que ele é orientado a construir, por um lado, a oposição como injusta e incapaz de empatia e, por outro, o próprio Haddad como justo e empático, além de vítima de críticas tendenciosas.

Um olhar detido ao esquema (des)analógico que constrói essa parte da argumentação é fundamental. Para discutir o seu funcionamento, basear-nos-emos na noção linguístico-cognitiva de domínio. Domínios podem ser entendidos como conjuntos articulados de conhecimentos enciclopédicos multimodais a partir dos quais ativamos conceptualizações por meio da linguagem e de outras semioses (GONÇALVES-SEGUNDO, 2017b; LANGACKER, 2008; ZIEM, 2014). Nas metáforas e nas analogias, existem domínios-fonte e domínios-alvo (KÖVECSES, 2010; GENTNER; SMITH, 2012). O domínio-alvo consiste naquele que está em foco (ou em questão) e cuja conceptualização encontra-se afetada pelos conceitos e pelas relações entre conceitos do domínio-fonte, presumivelmente mais conhecidos e/ou mais concretamente experienciados pelo auditório.

Nas metáforas, a estrutura conceptual do domínio-fonte é usada para compreender o domínio-alvo, de forma que a imagética da fonte seja transferida para o alvo. Nas analogias argumentativas²³, as relações entre os elementos na estrutura conceptual da

²³ É importante frisarmos o adjetivo ‘argumentativo’, na medida em que não estamos nos referindo a outros usos do raciocínio analógico, como no aprendizado (ao estender um procedimento utilizado no caso X para o caso Y, com base em semelhanças percebidas). Para uma abordagem detalhada sobre analogias, ver Itkonen (2005). Para uma abordagem de analogias argumentativas, consultar Ferreira (2018).

fonte são usadas como base de comparação para reconceptualizarmos a relação entre os elementos no domínio-alvo, geralmente com o objetivo de mudar nossa visão sobre ele. Nas desanalogias, alguns aspectos das estruturas projetadas são dissociados, de forma a destacar discrepâncias. Nesse sentido, assumimos que uma analogia se encontra necessariamente subjacente.

Quadro 1 – (Des)analogia entre o episódio da cratera do metrô e os eventos do ENEM

Domínio-Fonte	<i>Crítérios de Projeção</i>	Domínio-Alvo
Episódio da cratera do metrô	<i>Evento</i>	Problemas na aplicação do ENEM
Mortes	<i>Consequências (Negativas)</i>	Danos às vidas dos estudantes
População	<i>Afetado</i>	Estudantes/Governo
Governo estadual	<i>Esfera governamental</i>	Governo Federal
Agentes governamentais/ José Serra (nenhum sabotador)	<i>Responsabilidade</i>	Criminosos/Gráfica
Erro/Homicídio Culposos	<i>Avaliação do evento</i>	Crime/Vítima
Condenação	<i>Reação esperada (da população)</i>	Empatia

Fonte: Elaboração própria.

Os dois eventos – o episódio da cratera do metrô e os problemas na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio – podem ser comparados na medida em que existe um conjunto aplicável de critérios comuns entre eles, como mostramos na coluna em itálico. O que o Antagonista Haddad faz, no entanto, é mostrar que, apesar do denominador comum, há uma diferença significativa entre os eventos, posto que, em termos de responsabilidade, os acontecimentos em torno do ENEM foram causados por um agente externo – um criminoso infiltrado na gráfica –, enquanto, no episódio da cratera do metrô, não teria havido um sabotador externo.

Ao interpretar essa diferença, Haddad tem como alvo a oposição, visto que atribui ao governo estadual a responsabilidade pelas mortes causadas pelo evento, possivelmente com o objetivo de gerar atitudes responsivas de condenação. A desanalogia opera no sentido de construir os problemas na aplicação do ENEM como resultado de um crime, em um processo que transforma não apenas a população, mas também o governo petista em vítimas, estratégia orientada à captação de empatia. Assim, é por meio do estabelecimento de bases de comparação e, posteriormente, do destaque das diferenças que Haddad instancia uma estratégia retórica vinculada ao *pathos* (uma categoria de análise situada no âmbito da ancoragem socioafetiva): ao trazer à memória o episódio

da cratera do metrô, quando 7 pessoas morreram/foram mortas, Haddad pode ativar atitudes antagônicas em relação à oposição e atitudes empáticas em relação a si mesmo, especialmente quando consideramos sua disposição textualizada para a empatia e para a justiça²⁴. A construção linguística destaca os valores de Haddad, que apoiam o clamor por empatia por meio de um esquema de justiça e de reciprocidade, que pode ser esboçado da seguinte maneira: se alguém age para beneficiar outra pessoa em um determinado momento, essa mesma pessoa deve devolver a ação benéfica para a outra quando preciso.

A outra Refutação construída pelo Antagonista – os segmentos coordenados (4), (5), (7) e (8) – também é de natureza complexa e está mais ligada à categoria socioafetiva do *ethos*. Trata-se de uma perspectivação conceptual que explicita uma autoimagem positiva por meio de valores de competência e capacidade (*Eu sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação superior no país; Sou o ministro da Educação que mais expandiu a educação profissional no país; Eu melhorei a qualidade do ensino fundamental no país depois de uma queda drástica nos anos 90*), de autossuficiência (*Eu sozinho construí 224 escolas técnicas*) e de alta produtividade e eficiência (*mais que a soma de todos os meus antecessores*).

Trata-se basicamente de uma rede de Dados – construída por um esquema sintomático²⁵ que associa, por um lado, as mencionadas ações às propriedades que elencamos acima e, por outro, as referidas propriedades à característica de ser um bom administrador de fato – que parece ter como objetivo derrotar a Alegação implícita de que a imagem de Haddad está comprometida, procedimento realizado por meio da contestação da suficiência da Garantia, conforme discutimos no início desta seção.

A macroestrutura também é rica e merece que a observemos cuidadosamente. O Antagonista usa quatro argumentos em coordenação cumulativa para construir sua Refutação, apoiando (por meio de macroestruturação subordinativa) alguns deles com números e outros com a autoridade e a credibilidade de instituições internacionais reconhecidas. No primeiro caso, observemos como (6) *Eu sozinho construí 224 escolas técnicas, que é mais que a soma de todos os meus antecessores* sustenta a/o Alegação/Dado (5) de que ele é o *ministro da Educação que mais expandiu a educação profissional no país*; no segundo, notemos como (9) *Tanto a Unesco, a ONU quando a UCDE, que são os países ricos, reconhecem o esforço que o Brasil fez* transfere aceitabilidade para (8) *O Brasil hoje figura nos relatórios internacionais como caso de sucesso*. Esse

²⁴ Para detalhes sobre empatia e antagonismo na interação e na linguagem, ver Cameron (2013) e Gonçalves-Segundo; Rodrigues (2016).

²⁵ De acordo com a Pragmadiálética (EEMEREN; HOUTLOSSER; SNOECK-HENKEMANS, 2007), esquemas de argumentação sintomática vinculam o que é afirmado na Alegação ao que é apresentado como um sintoma, sinal ou expressão que lhe é pertinente. No texto sob análise, as ações executadas por Haddad consistem em sinais de competência, capacidade, autossuficiência e produtividade. Essas características, por sua vez, são consideradas, em termos de senso comum, como sinais de um bom administrador. Diferentemente dos esquemas analógicos, a argumentação sintomática tende a ancorar-se mais nas relações já consolidadas entre entidades, propriedades, ações e circunstâncias. Em termos cognitivos, eles tendem mais a ratificar conceitos e relações dos *frames*/domínios existentes do que a reorganizá-los. Ver Gonçalves-Segundo (2018a) para uma discussão inicial sobre esse assunto.

esforço para apoiar algumas das proposições coordenadas atua não apenas como uma antecipação de possíveis críticas, mas também como uma estratégia de autopromoção, uma vez que a própria entrevista pode ser usada como um meio de ganhar a confiança e o apoio do eleitorado (e, obviamente, os consequentes votos), em uma tentativa implícita de persuadir.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos apresentar ao leitor o modelo multidimensional de análise argumentativa que temos desenvolvido. Para isso, recorremos a diversas fontes de diferentes disciplinas, dentre as quais destacamos os Estudos de Argumentação, os Estudos (Críticos) do Discurso, a Linguística Cognitiva e Funcional e as Ciências Cognitivas (de base corporificada e social em sua versão simples, que reconhece estruturas mentais modais e amodais).

O modelo considera cinco dimensões de análise: 1. configuração funcional; 2. macroestrutura; 3. esquematização; 4. ancoragem socioafetiva; e 5. orientação argumentativa. Ainda que cada uma dessas dimensões possa e deva ser desenvolvida individualmente (o que já tem sido feito por diferentes teorias de argumentação, com maior ou menor compromisso com a multidisciplinaridade), nossa prioridade é buscar estabelecer possíveis correlações e combinações entre elas. Ao fazer isso, podemos começar a aprofundar e aprimorar nossa compreensão sobre a emergência dos efeitos perlocucionários de convencer, persuadir e/ou preservar ideologia/ratificar discursos.

Nesse sentido, nosso propósito foi mostrar, ainda que de maneira sucinta, como podemos analisar um único movimento argumentativo em termos das cinco dimensões propostas e esboçamos maneiras possíveis de integrar essas mesmas dimensões no procedimento analítico, considerando processos linguísticos, discursivos e cognitivos. Mais pesquisas são necessárias para tornar possível qualquer tipo de generalização, abrangendo *corpora* de gêneros variados em campos diversos e abarcando atores sociais/oradores e auditórios com identidades sociais distintas e filiados a discursividades diferentes. Ademais, a aplicação de experimentos também pode ser útil para compreendermos a dinâmica da argumentação em termos de produção, distribuição e interpretação, bem como de seus efeitos perlocucionários.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. The multidimensional model of argumentative analysis: an introduction. *Alfa*, São Paulo, v.64, 2020.

- *ABSTRACT: In this paper, we advocate for a multidimensional approach to the analysis of argumentation by considering its cognitive, discursive, and multimodal grounding. First, we briefly discuss the main theoretical premises of such an approach, assuming a multidisciplinary perspective. Second, by drawing on different traditions of argumentation studies, we introduce the five dimensions we consider relevant for a holistic analysis of argumentative practices –*

functional configuration, macrostructure, schematization, socio-affective grounding, and argumentative orientation. Finally, we illustrate the functioning of the model through a multidimensional analysis of an argumentative move extracted from a Brazilian television political interview.

- **KEYWORDS:** *Argumentation. Discourse. Cognition. Language. Multidimensionality. Multidisciplinarity.*

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **A apologia da polêmica.** Coordenação de tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: A construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

BARSALOU, L. W. Perceptual symbol systems. **Behavioral and Brains Sciences**, v.22, p. 577-660, 1999.

BEDNAREK, M. Epistemological positioning and evidentiality in English news discourse: A text-driven approach. **Text & Talk**, Berlin, v.26, n.6, p. 635-660, 2006.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: Some universals in language usage.** 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1987.

CALDAS-COULTHARD, C. R.; IEDEMA, R. (org.). **Identity trouble: Critical discourse and contested identities.** Basingstoke, England: Palgrave Macmillan, 2008.

CAMERON, L. **A dynamic model of empathy and dyspathy.** Milton Keynes: The Open University, 2013. (Living with Uncertainty, 6.).

CARIOCA, C. R. Aspectos semânticos da evidencialidade nos trabalhos acadêmicos de grau. In: NOGUEIRA, M. T.; LOPES, M. F. V. (org.). **Modo e modalidade: Gramática, discurso e interação.** Fortaleza, Brasil: Edições UFC, 2011. p. 143-163.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinburgh, Scotland: Edinburgh University Press, 1999.

CLARK, A. An embodied cognitive science? **Trends in Cognitive Science**, Maryland Heights, v.3, n.9, p. 345-351, 1999.

CLARK, H. H. **Using Language.** Cambridge, England: Cambridge University Press, 1996.

CROFT, W.; CRUSE, A. **Cognitive Linguistics.** New York: Cambridge University Press, 2004.

- DOURY, M. Preaching to the converted: Why argue when everyone agrees? **Argumentation**, Amsterdam, v.26, n.1, p. 99-114, 2012.
- EEMEREN, F.; GARSSSEN, B.; KRABBE, E.; SNOECK-HENKEMANS, F.; VERHEIJ, B.; WAGEMANS, J. **Handbook of Argumentation Theory**. Dordrecht: Springer, 2014.
- EEMEREN, F.; GROOTENDORST, R. **A systematic theory of argumentation: The pragma-dialectical approach**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- EEMEREN, F.; HOUTLOSSER, P.; SNOECK-HENKEMANS, A. F. **Argumentative indicators in discourse: A pragma-dialectical study**. Dordrecht: Springer, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: The critical study of language**. 2. ed. Harlow, England: Longman, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London, England: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N.; FAIRCLOUGH, I. **Political Discourse Analysis: A method for advanced students**. London, England: Routledge, 2012.
- FERREIRA, F. M. **Analogia e argumentação no debate parlamentar: o caso da criminalização da LGBTfobia**. 2018. 259f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-27022019-134324/>. Acesso em: 8 jun. 2020.
- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FREEMAN, J. **Argument structure: Representation and theory**. Dordrecht: Springer, 2011.
- FREEMAN, J. B. Systematizing Toulmin's warrants: An epistemic approach. In: HITCHCOCK, D.; VERHEIJ, B. (org.). **Arguing on the Toulmin model: New essays in argument analysis and evaluation**. Dordrecht: Springer, 2006. p. 87-101.
- GENTNER, D.; SMITH, L. Analogical reasoning. In: RAMACHANDRAN, V. S. (org.). **Encyclopedia of Human Behavior**. 2. ed. Oxford: Elsevier. 2012. p. 130-136.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Argumentação e perspectivação conceptual: possibilidades teórico-analíticas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 4., Ilhéus. **Anais [...]**, Ilhéus: Editus, 2018a. p.922-934.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: BATISTA Jr, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (org.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018b. p. 78-103.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Orientação argumentativa e cognição: A dinâmica de forças no debate acerca dos rolezinhos. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v.42, n.73, p. 200-212, 2017a.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A relevância da noção de perspectivização conceptual (*construal*) no âmbito dos estudos do texto e do discurso: Teoria e análise. **Letras**, Santa Maria, v.27, n.54, p. 69-100, 2017b. DOI: 10.5902/2176148529571.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Argumentação e falácias em entrevistas televisivas: por um diálogo entre o modelo Toulmin e a perspectiva textual-interativa. **Revista Linha D'Água**, São Paulo, v.29, n.2, p. 69-96, 2016. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v29i2p69-96.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A permeabilidade da Dinâmica de Forças: da gramática ao discurso. In: LIMA-HERNANDES, M. C. *et al.* (org.). **Linguagem e cognição: Um diálogo interdisciplinar**. Lecce: Pensa Multimedia Editores, 2015. p. 163-185.

GONÇALVES SEGUNDO, P. R. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração conceptual, metáfora e dinâmica de forças. **Veredas**, Juiz de Fora, v.18, n.2, p. 32-50, 2014.

GONÇALVES SEGUNDO, P. R. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas**: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. 2011. 571f. (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. 2. v. DOI: 10.11606/T.8.2011.tde-25042012-161141.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas. In: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. G. S. (org.). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje**: modelos teóricos e analíticos. Natal: EDUFRN, 2020. No prelo.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; RODRIGUES, R. B. R. Envolvimento e empatia: a solidariedade construída nas colunas de aconselhamento em revistas. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 13, p. 211-236, 2016. DOI: 10.21165/gel.v13i2.835.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ZELIC, H. C. Relacionar-se é investir: Ideologia, cognição e metáfora no discurso sobre relacionamento em revistas femininas para o público adolescente. In: NASCIMENTO, L.; MEDEIROS, B. W. L. (ed.). **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso**: Heranças, métodos, objetos. Saarbrücken, Germany: Novas Edições Acadêmicas, 2016. p. 64-91.

GRÁCIO, R. A. **Para uma teoria geral da argumentação**: Questões teóricas e aplicações didáticas. 2010. 434f. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. 3. ed. Revisado por Christian Matthiessen. London, England: Hodder Arnold, 2004.

HART, C. **Discourse, grammar and ideology**: Functional and cognitive perspectives. London, England: Bloomsbury, 2014.

ITKONEN, E. **Analogy as structure and process**: Approaches in linguistics, cognitive psychology and philosophy of science. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins, 2005.

JOHNSON, R.; BLAIR, J. A. Lógica Informal: uma visão geral. **EID&A**: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, v.14, p. 195-215, jul./dez. 2017. Tradução de Paulo Roberto Gonçalves-Segundo *et al.*

KOCH, I. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

KÖVECSSES, Z. **Metaphor**: a practical introduction. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

LANGACKER, R. **Cognitive grammar**: a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

LANGSDORF, L. Argumentation as contextual logic: An appreciation of backing in Toulmin's model. **Cogency**, Santiago, v.3, n.2, p. 51-78, 2011.

LEITÃO, S. O trabalho com argumentação em ambientes de ensino-aprendizagem: um desafio persistente. **Uni-pluri/versidad**, Medellín, v.12, n.3, p. 23-37, 2012. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/unip/article/viewFile/15151/13196>. Acesso em: 8 jun. 2020.

LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J. M.; BARRETT, L. F. (org.). **Handbook of Emotions**. 3. ed. New York: London: The Guilford Press, 2008.

LINDBLOM, J. **Embodied social cognition**. New York: Springer, 2015.

MACAGNO, F. A means-end classification of argumentation schemes. *In*: EEMEREN, F.; GARSSSEN, B. (org.). **Reflections on theoretical issues in argumentation theory**. Heidelberg: Springer, 2015. p. 183-201.

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: A construção do *ethos*. São Paulo, Brasil: Contexto, 2005. p. 69-92.

MARÍN-ARRESE, J. Stancetaking and inter/subjectivity in the Iraq inquiry: Blair vs. Brown. *In*: MARÍN-ARRESE, J. M.-A.; CARRETERO, M.; ARÚS, J.; VAN DER AUWERA, J. (org.). **English modality**: Core, periphery and evidentiality. Berlin: Boston: Mouton de Gruyter, 2013. p. 411-445.

MARÍN-ARRESE, J. Effective vs. epistemic stance and subjectivity in political discourse: Legitimising strategies and mystification of responsibility. *In*: HART, C. (org.). **Critical Discourse Studies in context and cognition**. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 193-223.

MARTIN, J.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MATEUS, Elaine; RESENDE, Viviane de Melo. O sistema posição-prática como categoria epistemológica: contribuições para análise de discurso crítica. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), v. 59, n. 3, p. 445–470, dez. 2015. DOI: 10.1590/1981-5794-1509-1.

MELO, I. F. de (org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2012.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MIRANDA, N. S. Modalidade: O gerenciamento da interação. *In*: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (org.). **Linguística e cognição**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005. p. 171-195.

NAGEL, J.; WALDMANN, M. R. Force dynamics as a basis for moral intuitions. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE COGNITIVE SCIENCE SOCIETY, 34., Austin. **Proceedings** [...], Austin, TX: Cognitive Science Society, 2012. p. 785-790.

NEVES, M. H. de M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2007.

NIÑO, D.; MARRERO, D. The agentive approach to argumentation: A proposal. *In*: EEMEREN, F.; GARSSSEN, B. (org.). **Reflections on theoretical issues in argumentation theory**. Heidelberg: Springer, 2015. p. 53-67.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1958].

PINTO, R. C. Evaluating Inferences: the nature and the role of warrants. *In*: HITCHCOCK, D.; VERHEIJ, B. (org.). **Arguing on the Toulmin model: New essays in argument analysis and evaluation**. Dordrecht: Springer, 2006. p. 115-143.

PLANTIN, C. **A argumentação: história, teoria, perspectivas**. São Paulo: Parábola, 2008.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SLOB, W. H. The voice of the other: A dialogico-rhetorical understanding of opponent and of Toulmin's rebuttal. *In*: HITCHCOCK, D.; VERHEIJ, B. (org.). **Arguing on the Toulmin model: New essays in argument analysis and evaluation**. Dordrecht: Springer, 2006. p. 165-180.

SPERB, T. M.; JOU, G. I. Teoria da Mente: diferentes abordagens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 287-306, 1999. DOI: 10.1590/S0102-79721999000200004.

SPERBER, D. *et al.* Epistemic Vigilance. **Mind & Language**, Oxford, v.25, n.4, p. 359-393, 2010. DOI: 10.1111/j.1468-0017.2010.01394.x.

TALMY, L. **Towards a cognitive semantics**. Cambridge: MIT Press, 2000. v. 1.

TOULMIN, S. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958].

TOULMIN, S.; RIEKE, R.; JANIK, A. **An introduction to reasoning**. 2. ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984 [1978].

VAN DIJK, T. **Ideología y discurso**. Barcelona, Spain: Ariel Lingüística, 2003.

VEREZA, S. Metáfora é que nem...: Cognição e discurso na metáfora situada. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v.38, n.65, p. 02-21, 2013. DOI: 10.17058/signo.v38i65.4543.

VEREZA, S. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n.41, p. 199-212, 2010. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/41/artigo10.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

VERHEIJ, B. Evaluating arguments based on Toulmin's scheme. *In*: HITCHCOCK, D.; VERHEIJ, B. (org.). **Arguing on the Toulmin model: New essays in argument analysis and evaluation**. Dordrecht: Springer, 2006. p. 181-202.

VOLOSHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Ed. 34, 2017.

WALTON, D. **Methods of Argumentation**. New York: Cambridge University Press, 2013.

WALTON, D.; MACAGNO, F. Profiles of dialogue for relevance. **Informal Logic**, Windsor, ON, v.36, n.4, p. 523-562, 2016. DOI: 10.22329/il.v36i4.4586.

WALTON, D.; REED, C.; MACAGNO, F. **Argumentation schemes**. New York: Cambridge University Press, 2008.

WOLFF, P.; BARBEY, A. K. Causal reasoning with forces. **Frontiers in Human Neuroscience**, Lausanne, v.9, n.1, p. 01-21, 2015. DOI: 10.3389/fnhum.2015.00001.

ZIEM, A. **Frames of understanding in text and discourse**: Theoretical foundations and descriptive applications. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014.

Recebido em 07 de agosto de 2018

Aprovado em 26 de fevereiro de 2019